



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 17 • 11 a 17/06/2006 • ISSN 1809-6182

Análise

16/06/2006 - O programa nuclear do Irã: novos acontecimentos.....p.01

A proposta estadunidense de participar das negociações multilaterais com o Irã e o pacote de incentivos a este país acordado entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntamente com a Alemanha, marcam, em maio e junho de 2006, mais uma etapa das negociações relativas ao programa nuclear iraniano.

Resenhas

15/06/2006 - Avanços na segurança energética européiap.04

Durante reunião dos ministros do G-8, um aumento das garantias com relação à segurança energética européia é oferecido pelo governo russo. Na ocasião, Moscou garantiu o fornecimento de gás para a Europa e reconheceu a importância dos princípios da integração energética continental.

16/06/2006 - Aumento da taxa de juros nos Estados Unidosp.06

Em sua mais recente reunião, o Federal Reserve aumentou a taxa básica de juros, o que causou grande turbulência internacional.

O programa nuclear do Irã: novos acontecimentos

Análise
Segurança

Igor Andrade Vidal Barbosa
16 de junho de 2006

A proposta estadunidense de participar das negociações multilaterais com o Irã e o pacote de incentivos a este país acordado entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntamente com a Alemanha, marcam, em maio e junho de 2006, mais uma etapa das negociações relativas ao programa nuclear iraniano.

O anúncio, no dia 31 de maio de 2006, de que os Estados Unidos (EUA) estariam dispostos a se juntar à Alemanha, China, França, Reino Unido e Rússia para negociar multilateralmente com o Irã se apresenta como marco significativo nas discussões relativas ao programa nuclear iraniano. A entrega, no dia 5 de junho, de uma proposta de incentivos econômicos e políticos para o Irã representou a primeira ação deste grupo – agora composto por seis países – que negocia, desde o início de 2003, com Teerã. É importante ressaltar que as relações diplomáticas entre Washington e Teerã estão cortadas desde novembro de 1979 quando estudantes iranianos invadiram a embaixada dos EUA em Teerã e fizeram 63 reféns, 52 dos quais só foram libertados em janeiro de 1981.

A proposta estadunidense de se juntar às discussões multilaterais, porém, está condicionada à suspensão das atividades nucleares iranianas e à cooperação deste último com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) [Ver [Glossário](#)] Adicionalmente, a Secretária de Estado estadunidense, Condoleezza Rice, fez questão de afirmar que “... nós [os EUA]

não estamos em uma posição para conversar sobre relações diplomáticas plenas com um Estado [o Irã] com o qual possuímos tantas diferenças fundamentais”, e que, caso o Irã não retorne à mesa de negociações, os EUA tentarão “trabalhar com a comunidade internacional para isolar o Irã de modo que este perceba que ele não possui nenhuma outra opção”.

No dia 1º de junho, o grupo de seis países declarou que havia elaborado “um pacote abrangente de propostas” que estabeleceria uma série de incentivos e possíveis punições para o Irã. De acordo com a BBC e a CNN, tal pacote ofereceria (i) ajuda na construção de reatores nucleares que produzem um nível mínimo de material que pode ser reprocessado e, portanto, dificultam a produção de armas nucleares; (ii) exportação de combustível enriquecido e de aeronaves européias de uso civil; (iii) retirada de algumas sanções bilaterais impostas pelos EUA sobre, por exemplo, a exportação de tecnologias utilizadas na agricultura; (iv) diminuição da lista de materiais de “uso dual”¹ que o

¹ Materiais que, ainda que tenham utilidade para o uso civil, também podem ser utilizados militarmente.

Irã não pode importar; (v) apoio para que o Irã se torne membro da Organização Mundial do Comércio; (vi) e suspensão das ações do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC, sigla em inglês) contrárias ao Irã.

Em contrapartida, Teerã teria que suspender suas atividades de reprocessamento e de enriquecimento nuclear por um período de tempo que não foi revelado e também teria que cooperar plenamente com os inspetores da AIEA. Além disso, Rice afirmou que o Irã teria apenas algumas semanas para se pronunciar a respeito do pacote.

A resposta inicial do Irã às propostas do grupo de seis países veio logo no dia seguinte ao anúncio, ainda que o pacote só tenha sido apresentado ao governo iraniano no dia 5 de junho. O Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, reafirmou que o programa nuclear iraniano possui fins pacíficos e que, portanto, o Irã não abrirá mão de seu indiscutível direito nacional de enriquecer urânio. Adicionalmente, Ahmadinejad declarou que Teerã irá realizar negociações “justas e incondicionais” com o Ocidente.

Dos dias 7 a 11 de junho, por sua vez, uma série de membros de alto escalão do governo iraniano declararam que o pacote de incentivos apresentado estava sendo analisado com muito cuidado. Ali Larijani, chefe do Conselho de Segurança Nacional Supremo do Irã, afirmou que “a proposta contém vários pontos positivos, mas algumas ambigüidades”; o Ministro das Relações Exteriores do Irã, Manouchehr Mottaki, disse que o Irã estava preparando um pacote de contrapropostas; e Hamid Reza Asefi, porta-voz do ministro das relações exteriores, declarou que haviam pontos aceitáveis, pontos ambíguos e pontos que precisavam ser fortalecidos no pacote enviado pelo grupo de seis países.

A partir desta apresentação dos termos do pacote de incentivos colocado pelo grupo

de seis países, é possível dizer que os recentes acontecimentos podem levar a um avanço nas negociações relativas ao programa nuclear iraniano na medida em que uma estratégia correta de tentar persuadir o Irã a negociar está sendo tomada. Tal estratégia seria composta, principalmente, pelo que os autores Dean Pruitt e Jeffrey Rubin em seu livro *Social Conflict: Escalation, Stalemate and Settlement* (1986) chamam de uma atitude de “firme flexibilidade”.

Para demonstrar firmeza, o grupo de seis países, em primeiro lugar, fez “uma defesa verbal vigorosa de seus interesses”. Isso ficou claro, por exemplo, nos discursos de Condoleezza Rice. Em segundo lugar, demonstrou que não fará concessões unilaterais, ou seja, não dará incentivos ao Irã até que este suspenda seu programa nuclear. Em terceiro lugar, diminuiu a margem de barganha do Irã ao criar, de acordo com diversos analistas, um primeiro consenso entre os EUA, a China e a Rússia em relação às negociações com o Irã. Tal consenso dificulta ações iranianas que busquem se aproveitar de divergências internas dentro do grupo de seis países e, além disso, seria essencial para que uma atitude mais coercitiva fosse tomada no UNSC e

A proposta dos EUA de participar em negociações diretas com o Irã foi, por sua vez, um dos grandes indicadores da flexibilidade do grupo. Adicionalmente, em primeiro lugar, o grupo claramente expressou um grau de atenção aos interesses da outra parte ao consolidar a possibilidade de deixar o Irã possuir um programa nuclear pacífico. Em segundo lugar, demonstrou ter capacidade de resolução de problemas ao realizar reuniões entre si. Em terceiro lugar, ampliou os canais de comunicação com o Irã. O próprio pacote de incentivos foi apresentado pessoalmente em Teerã, no dia 5 de junho, pelo Chefe de Política Externa da União Européia, Javier Solana, e a proposta dos EUA do dia 31 de maio também demonstra isso. Em quarto lugar,

deixou claro que a cooperação por parte do Irã será premiada. Em quinto lugar, deu ao Irã a possibilidade deste apresentar suas próprias propostas ao não colocar o pacote de propostas como definitivo e não negociável.

Um fator, porém, que pode vir a complicar o avanço das negociações é a situação doméstica tanto no Irã quanto nos EUA. Vários analistas internacionais apontam para o fato de que o programa nuclear iraniano e a defesa deste pelo Presidente Ahmadinejad têm como objetivo último a estabilização do cenário doméstico iraniano – marcado pelo desemprego, a inflação, a pobreza, o descontentamento com influências econômicas e sociais externas, e por tendências separatistas em uma série de regiões onde minorias étnicas e religiosas vivem. Adicionalmente, o presidente iraniano estaria sendo pressionado pelas elites daquele país que consideram que a posse de armas nucleares seria algo benéfico e, portanto, desejável.

Nos EUA, por outro lado, há uma divergência de interesses dentro do governo. De acordo com o analista Paul Reynolds, opiniões mais moderadas dentro do governo estariam buscando apenas a cooperação do Irã com a AIEA. As mais radicais, porém, teriam como objetivo a desestabilização do governo iraniano e a futura transformação do Irã em um aliado dos EUA. De acordo com esta última opinião, a proposta estadunidense de participar das negociações multilaterais seria apenas um modo definitivo de demonstrar que, apesar dos esforços diplomáticos da Casa Branca, o Irã não quer cooperar e, portanto, ações coercitivas terão que ser tomadas. De qualquer modo, pode-se dizer que ambos os lados – a opinião mais moderada e a mais radical – desejam que o Irã não obtenha armas nucleares.

Outro fator doméstico que poderia influenciar a política externa dos EUA seria a atual situação política enfrentada

pelo Presidente George W. Bush. Reynolds diz que Bush pode adotar uma postura mais contenciosa em relação ao Irã, pois ele não gostaria de terminar o seu mandato em 2009 tendo um dos países do “eixo do mal” desenvolvido armas nucleares, mas também pode preferir uma postura mais conciliadora, pois uma guerra no Irã afetaria de modo substancial a sua já baixíssima popularidade nos EUA.

Em conclusão, entre o que parecem ser os interesses básicos do Irã – a estabilização doméstica do país – e dos EUA – a não obtenção de armas nucleares pelo Irã – pode existir, teoricamente, uma solução integrativa – uma solução que concilie os interesses dos atores envolvidos. Resta sabermos, porém, se a continuação das negociações e a política interna de cada país permitirão tal solução.

Referência

PRUITT, Dean; RUBIN, Jeffrey. **Social Conflict: Escalation, Stalemate and Settlement**. Nova Iorque: Random House, 1986

Sites:

BBC NEWS UK

<http://news.bbc.co.uk/>

CNN. Com International

<http://edition.cnn.com/>

O Debatedouro

<http://www.odebatedouro.com.br/>

Open Democracy

<http://www.opendemocracy.net/>

Ver também:

03/05/2006 – [Impasse quanto ao programa nuclear do Irã](#)

Avanços na segurança energética europeia

Resenha
Segurança / Integração Regional / Economia e Comércio

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
15 de junho de 2006

Durante reunião dos ministros do G-8, um aumento das garantias com relação à segurança energética europeia é oferecido pelo governo russo. Na ocasião, Moscou garantiu o fornecimento de gás para a Europa e reconheceu a importância dos princípios da integração energética continental.

Durante a reunião dos ministros das finanças do grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia, realizada em São Petersburgo nos dias 9 e 10 de junho de 2006, o governo russo assegurou que a ameaça de interrupção do fornecimento de gás para a Europa Ocidental estava afastada. Na ocasião, a Rússia garantiu o fornecimento de gás no longo prazo e assinou um comunicado por meio do qual honrava os princípios da Carta Energética Internacional.

Os países da União Europeia (UE), visando a obtenção de uma maior segurança energética e maior comprometimento por parte da Rússia, tentam fazer com que o país ratifique a carta, de forma a integrar o país ao mercado energético europeu, e assim submetê-lo às regras de investimento, trânsito e comércio de petróleo e gás.

O governo russo, por sua vez, afirma ainda não ser possível a ratificação desse compromisso internacional, na medida em que certas regras com relação às taxas de uso dos gasodutos seriam inaceitáveis. O Ministro das Finanças da Rússia, Alexei Kudrin, contudo, afirmou “reconhecer a importância dos princípios da carta energética”, declaração que foi vista pelos

demais ministros que participaram da reunião como um grande avanço.

A preocupação da Europa Ocidental com possíveis interrupções do fornecimento de gás se dá em função da grande dependência do continente com relação ao gás russo. Os países da UE importam da Rússia cerca de 25% do gás que consomem, e têm pressionado Moscou no sentido de que seja evitada uma crise como a que ocorreu em janeiro de 2006, quando em uma disputa entre Rússia e Ucrânia pelo preço do gás, Alemanha, França e Itália tiveram seus fornecimentos interrompidos.

O gás fornecido à Europa Ocidental é explorado no norte da Sibéria, e é distribuído pela empresa energética estatal russa Gazprom. Durante a disputa entre Rússia e Ucrânia pelo aumento de preços do gás em janeiro de 2006, a Gazprom cortou o fornecimento do recurso para a Ucrânia, e conseqüentemente a Europa Ocidental e Central também foram afetadas, uma vez que 80% do gás que chega aos demais países do continente passa por gasodutos na Ucrânia.

A crise entre os dois países pelo fornecimento de gás pôde ser entendida



como uma tentativa da Rússia intimidar a Ucrânia e trazê-la novamente à sua esfera de influência, tendo em vista que a Ucrânia – assim como demais ex-membros da União Soviética – tem cada vez mais se aproximado da Europa Ocidental, ao buscar se integrar à UE e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Além disso, o episódio ilustra a tentativa do Presidente russo, Vladimir Putin, de empregar sua capacidade energética como uma extensão de sua política externa, ao usar a maior empresa energética do mundo, a Gazprom, como um instrumento para restabelecer o controle russo no Leste Europeu e ameaçar a segurança energética da Europa Ocidental.

Ao que tudo indica, esta crise não foi totalmente resolvida, tendo em vista que a Gazprom anunciou, no dia 13 de junho, que uma nova rodada de negociações com relação ao preço do gás deverá ser realizada em julho. Portanto, seria possível que novas interrupções no fornecimento ocorressem, caso as partes não chegassem a um acordo quanto ao preço do produto.

Segundo a *Energy Charter Secretariat* (ECS)¹, o gás natural importado corresponde a 40% do consumo energético da Europa, podendo chegar a 90% do consumo total entre 2020 e 2030. Dos 40% de gás natural importado, a Rússia é responsável pelo fornecimento de um quarto desse montante. E ainda de acordo com as estimativas da ECS, até 2020 a Rússia chegará a ter uma participação de 50% do total de gás importado pela Europa, o que a tornaria a principal fonte para suprir a demanda energética

européia.

As instabilidades políticas e econômicas que marcam a atual situação da Rússia, assim como a crise com a Ucrânia fizeram com que a Rússia perdesse credibilidade enquanto fornecedora segura de gás para Europa. Isso têm levado os países da UE a estudarem outras fontes energéticas. A principal alternativa seria a importação de gás natural liquefeito (GNL) do Egito, Nigéria e Qatar.

Referência

Sites:

International Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org/>

International Herald Tribune

<http://www.ihl.com/>

Mosnews

<http://www.mosnews.com/>

Organização Internacional do Trabalho

<http://www.ilo.org/>

Ria Novosti

<http://en.rian.ru/>

The Guardian

<http://browse.guardian.co.uk/>

World Policy Institute

<http://www.worldpolicy.org/>

Ver também:

24/03/2006 – [Nova parceria entre China e Rússia](#)

¹ A Energy Charter Secretariat representa o único órgão da Energy Charter Conference (ECC). A principal função da ECC é facilitar a implementação dos princípios da Carta Energética Européia, buscando, no longo prazo, a cooperação e os benefícios mútuos na área energética.

Aumento da taxa de juros nos Estados Unidos

Resenha
Economia e Comércio

Raphael Rezende Esteves
16 de junho de 2006

Em sua mais recente reunião, o Federal Reserve aumentou a taxa básica de juros, o que causou grande turbulência internacional.

Pela décima sexta vez consecutiva, o Federal Reserve (Fed) – banco central estadunidense – aumentou a taxa básica de juros, desta vez passando de 4,75% para 5%, em 10 de maio de 2006. Tal aumento visa conter o aumento da inflação apresentada nos últimos meses.

Segundo o Departamento do Trabalho, o CPI (índice de preços ao consumidor, da sigla em inglês) registrou inflação de 0,4% em maio e 0,6% em abril, superando as expectativas dos analistas, de 0,2%. Dentre os principais produtos responsáveis pelo aumento dos preços estão: caminhões pesados, equipamentos de comunicações, aeronaves, maquinário agrícola, móveis comerciais e, principalmente, energia. Segundo o Presidente do Fed, Ben Bernanke, o aumento do preço da energia comprometeria o atual ritmo sólido de crescimento estadunidense. Em 2006, o preço da energia acumulou alta de 30,8%, em comparação com os 17,1% registrados em todo o ano de 2005.

Como resultado do aumento da renda disponível, advindo do crescimento constante da economia dos Estados Unidos da América (EUA), o incremento das importações acabou por gerar um déficit comercial que ultrapassa os US\$ 63 bilhões. Segundo o Departamento de Comércio, os produtos importados

também seriam responsáveis pela inflação, tendo apresentado em março um aumento de preços de 0,6%.

Segundo Olivier Blanchard, membro do Massachusetts Institute of Technology, um crescimento da produção econômica, assim como vem acontecendo nos EUA, levaria a um aumento na renda, aumentando, portanto, a renda disponível, que teria como consequência o aumento do consumo. A política do Fed de aumento dos juros objetiva justamente a desaceleração da atividade econômica e contenção da onda inflacionária.

Aumentando os juros, diminui-se o investimento na economia, por dois motivos. Primeiramente, caso seja necessário para uma empresa fazer um empréstimo para realizar o investimento na produção, taxas de juros mais altas desestimulariam a obtenção do empréstimo, pois o tornam mais caro. Em segundo lugar, alterando o foco de seu investimento há uma elevação em seu custo de oportunidade, pois se torna mais rentável reduzir a alocação de recursos na própria empresa e investir em títulos da dívida pública.

A diminuição do investimento leva à diminuição do produto. Isso se dá em função de dois fatores: (i) com a redução do investimento, tem-se uma trajetória em



que se reduz o nível de produção, o emprego, a renda e na sequência o consumo. Tal diminuição do consumo acabaria por desacelerar a trajetória inflacionária, reduzindo também o ritmo das importações; (ii) ao invés de consumir, torna-se mais lucrativo emprestar para o governo, na forma de aquisição dos títulos da dívida. Assim, há um redirecionamento do capital.

Analisando de outra forma, um aumento no produto acaba por também aumentar a demanda por moeda, dependente positivamente do nível geral de transações na economia (obviamente aumentado) e negativamente da taxa de juros (dado que o detentor da moeda poderia auferir os ganhos dos juros mantendo seu capital na forma de títulos). Por exemplo, com o aumento do produto estadunidense nos últimos anos, aumentou-se também a demanda por moeda.

Nesse sentido, a taxa básica de juros de uma economia é o principal instrumento de política monetária. Seu aumento implica em um enxugamento do nível de moeda em circulação, o que causa uma elevação de seu valor, a partir da lógica oferta/demanda. Deixa-se de haver uma preferência pela liquidez, ou seja, papel moeda de fácil e imediata conversão, para incrementar os ganhos financeiros a partir do investimento em títulos.

Entretanto, esta política de elevação dos juros nos EUA acaba por trazer consequências para todo o mundo. Tal elevação faz com que os investidores internacionais retirem maciçamente seus investimentos de outras economias para investir na economia estadunidense, em busca de ativos como os *treasuries* (títulos do Tesouro estadunidense). Embora mercados de economias emergentes apresentem, em geral, taxa de juros maiores, um aumento como esse em um país como os EUA faz com que a diminuição nos ganhos seja compensada pela maior estabilidade da economia. Desta forma, apenas no mês que se seguiu

ao aumento para 5% da taxa de juros estadunidense, houve perda trilionária nas 16 maiores bolsas de valores de países desenvolvidos e emergentes. Observou-se nestes, assim como no Brasil, valorização do dólar e aumento dos índices medidos pelas agências de risco internacionais.

Como resultado deste posicionamento do Fed, tem-se percebido a gradual diminuição da liquidez internacional que, nos últimos anos, garantiu grandes fluxos de capitais para os países emergentes. Analisando-se o cenário atual, constata-se que existe maior aversão ao risco por parte dos investidores internacionais, que faria com que estes se retirassem de países emergentes. Existe também maior preocupação quanto à inflação, impulsionada pela alta das *commodities*, levando a uma onda de elevação dos juros e comprometimento do crescimento. O Banco Central Europeu, seguindo a tendência, aumentou, na semana passada, a taxa de juros na zona do euro de 2,5% para 2,75%. O Japão também já apresenta sinais de que o período de taxa praticamente igual a zero está chegando ao fim.

Dada a resistência da inflação estadunidense frente aos aumentos sucessivos dos juros, demonstrada pelos últimos indicadores, analistas estimam que ainda ocorrerá outro aumento da taxa após a reunião do Fed, no dia 29 de junho.

Referência

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia 3 Edição/** Olivier Blanchard; tradução Mônica Rosemberg; revisão técnica Eliezer Martins Diniz, Aglas Watson Barrera; São Paulo: Pentice Hall, 2004.

Sites:

Folha de São Paulo

<http://www.folhaonline.com.br>

Jornal Valor Econômico

<http://www.valoronline.com.br>

O Globo

<http://www.oglobo.com.br>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

